



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639234 - SP (2021/0005859-4)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : VINICIUS MAGNO DE FREITAS ALENCAR E OUTRO
ADVOGADOS : ANDRÉ LEPRE - SP361529
VINÍCIUS MAGNO DE FREITAS ALENCAR - SP357506
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CESAR NASCIMENTO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CESAR NASCIMENTO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0010195-58.2020.8.26.0482).

O paciente cumpre pena total de 28 anos, 11 meses e 23 dias de reclusão como incurso nos arts. 157, § 3º, 180, 155, § 4º, IV, e 157, § 2º, I e II, todos do CP, estando em regime semiaberto, custodiado no Centro de Progressão Penitenciária de Pacaembu (SP), interior de São Paulo.

Sustenta que "HÁ CONSTRANGIMENTO ILEGAL na negativa de progressão do paciente ao semiaberto, devendo ser concedida a Ordem de Habeas Corpus para outorgar ao paciente o direito de progredir ao REGIME ABERTO" (fl. 12).

Requer, liminarmente, "garantir ao Paciente o direito de progredir/aguardar o julgamento da presente ação NO REGIME ABERTO" e, no mérito, a concessão definitiva da ordem para conceder ao recorrente o direito de progredir ao regime aberto (fl. 13).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 635.508/SP.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL

PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente